

OS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS E A AUDIÇÃO MUSICAL – SANTOS: 1860-1930

Arnaldo Ferreira Marques Júnior

Nos primeiros dias de fevereiro de 1860 chegou à cidade de Santos a notícia de que, em dezembro do ano anterior, formara-se em Londres uma empresa destinada a implantar o transporte ferroviário na Província de São Paulo (1). Para um porto cercado de altas montanhas, e relativamente distante das zonas produtoras de mercadorias exportáveis, a maquinização do transporte sem dúvida representava uma promessa de crescimento do comércio, dos empregos, da riqueza; não sendo à toa que a população santista, formada então por cerca de seis mil habitantes, tenha recebido a novidade com grandes demonstrações de alegria.

Com efeito, na noite de 03 de fevereiro “a maior parte dos habitantes desta cidade [...] iluminarão suas casas” (2), em uma atitude que remetia aos hábitos comemorativos dos tempos da colônia. Além da iluminação festiva, “duas bandas de musica percorrerão as ruas, acompanhadas por numeroso concurso de cidadãos, que lançando ao ar muitos foguetes, derão vivas à nova empreza”.

Essa festa não transcorreu, porém, na mais perfeita ordem. Além de alguns foguetes mal lançados, que quase atingiram a multidão, a duas bandas terminaram por entrar em conflito, desordem “originada por ridicula rivalidade” que haveria entre elas.

Luís Arlindo da Trindade, diretor de uma das “músicas” (que levava o seu nome), alegou que a causadora do tumulto fora a “música” da Guarda Nacional – a qual, seguindo atrás de seus músicos, pretendeu tomar a frente, “por julgar sua dignidade offendida em vir atraz” (3).

A banda da Guarda Nacional tinha origem e funções claramente militares, servindo para marcar o ritmo das marchas, movimentos e exercícios da ‘milícia cidadã’. Em tempos de paz, tocava também em solenidades e comemorações como a descrita aqui.

Por sua vez, a “música” de Luís Arlindo era uma corporação profissional, que obtinha seu sustento tocando em cerimônias religiosas, funerais e solenidades em geral. Ao que parece, tal atividade possuía grande demanda, pois nesta mesma época havia na cidade ao menos outras duas corporações musicais. Em setembro de 1859, a ‘música’ de Manoel das Dores propunha “fazer qualquer festividade, ou funeral e soiré” por um “preço (...) [que] será o mais commodo possível” (4). Já a ‘*Sociedade Musical Ceciliana*’, além de tocar profissionalmente, dedicava-se ao ensino da arte musical. Em agosto de 1860, ela anunciava “que tem estabelecido um escola para leccionar aos mininos [sic]” e ainda que os “vinte e tantos profissionais” dessa sociedade formavam “uma excellente e bem combinada orchestra para qualquer festividade” (5).

Podemos imaginar que em locais especialmente destinados a abrigá-la, tais como o teatro ou o coro das igrejas, a execução de músicas para diversos fins fosse levada a cabo pacificamente, dentro dos preceitos da “ordem” tão ao gosto das autoridades de qualquer tempo. Contudo, nas caminhadas pelas ruas da cidade, na mistura imprevisível de ricos e pobres, homens livres e escravos, nesses “palcos” improvisados em pleno espaço público, eram grandes as chances de ocorrerem tumultos e desordens de vários tipos, como as registradas naquela noite de 03 de fevereiro de 1860.

E o fato é que nos anos 60 do século XIX a demanda por audições musicais parecia aumentar em Santos, extrapolando os tradicionais usos religiosos ou comemorativos e tornando-se uma atividade de lazer cotidiano, laico, concebida em grande parte como uma diversão para ser fruída ao ar livre. Indicação dessa demanda crescente é o surgimento de

corporações amadoras, voltadas preferencialmente às apresentações gratuitas em locais públicos.

A mais antiga sociedade musical amadora santista da qual conhecemos a data de fundação é a '*Sociedade Musical Luzo-Brazileira*', criada em 02 de fevereiro de 1863 (6), vindo em seguida a '*Sociedade Musical União e Prazer dos Artistas*', fundada em 10 de abril de 1864 (7). Sabemos também que em fevereiro de 1868, a '*Sociedade Echo Nacional*' dava concorridos concertos (8). Por sua vez, a '*Sociedade Musical 15 de Abril*' foi fundada a 15 de abril de 1876 (9). Todas essas sociedades tiveram grande presença na vida dos santistas da segunda metade do século XIX.

É verdade que as atividades dessas sociedades amadoras não se limitavam ao lazer: tal como as suas congêneres profissionais, elas animavam todo o tipo de acontecimento, de formaturas colegiais à inauguração de linhas de bonde, assim como festas religiosas, como as de N.^a S.^a do Monte Serrat, em setembro ou as de N.^a S.^a do Rosário, em outubro. Mas dedicavam-se prioritariamente à dar concertos gratuitos ao ar livre, em locais públicos, para recreio da população.

Curioso que a idéia de "recreio" ia se construindo não propriamente na direção dos desfiles de rua (como aquele comemorativo da ferrovia e os próprios festejos carnavalescos, origem dos cordões e corsos), e sim na forma de concertos *estáticos*, executados em locais bucólicos, relativamente apartados da área urbana. Nos anos 60 do oitocentos faziam sucesso os "passeios" à parte da encosta do Monte Serrat denominada Itororó, onde havia a fonte do mesmo nome, tradicional ponto de abastecimento d'água dos santistas desde os tempos coloniais. Nos dizeres do vereador Carneiro Braga em 1869: "(...) a fonte do Itororó, [é] hum dos lugares mais freqüentados pela população d'esta cidade, que par'ali afluê afim de gozar d'amenidade e fresca do lugar nas calorosas tardes do estio (...)" (10). Além do Itororó, também o Paquetá e o distante Boqueirão da Barra (as praias de areia, situadas a seis quilômetros da

cidade) eram, na segunda metade do século XIX, locais utilizados pelos santistas para “passeio”.

É importante notarmos que, tal como ocorria nas ruas da cidade, esses locais bucólicos funcionavam então como simples “palcos” improvisados, desprovidos de qualquer estrutura que organizasse a diversão. Aos olhos das elites da época, esses ajuntamentos de pessoas que se divertiam sem dúvida potencializavam o risco de desordens e inconveniências de todo o tipo. Uma questão a ser resolvida.

Não por acaso, no processo de requalificação das áreas urbanas ocorrido em Santos, e no Brasil, na segunda metade do século XIX, uma das ações executadas foi exatamente a organização da diversão ao ar livre, criando espaços normatizados onde as elites pudessem fruí-la com a garantia da mais perfeita ordem, os ‘jardins’ ou ‘passeios’ públicos. O exemplo vinha sem dúvida da Corte, onde entre os anos de 1861 e 1862 reformou-se o Passeio Público setecentista, desencadeando um processo de disseminação dos parques urbanos no país (11).

Em Santos, a primeira iniciativa para criar um espaço ‘organizado’ de lazer ao ar livre deveu-se a uma associação de cidadãos: a Sociedade Recreadora, fundada em junho de 1864 com o intuito de implantar um passeio público no já tradicional recanto do Itororó. Composta pela ‘fina flor’ da comunidade santista de então, a Sociedade esperava angariar doações públicas e privadas que viabilizassem o parque santista. Apesar de ter conseguido a cessão do terreno, gradil etc., o empreendimento não foi à frente e terminou abandonado anos depois.

Foi em 1876 que o acalentado projeto de dotar Santos de um passeio público finalmente se materializou, pelas mãos do poder público municipal. O local escolhido para sua implantação foi não porém um bucólico arrabalde, mas sim o largo da Coroação, uma praça central, próxima ao porto e às casas de comércio.

No dia 10 de setembro de 1876, o jornal local “*Gazeta*” publicava a seguinte notícia: “ILHA DA SAUDADE - Foi assim denominada a ilha que a Camara está levantando no centro

do largo da Coroação, circulada por espaçosa bacia de fôrma irregular e elegante. Concluídas as obras que ali se projectam, segundo o plano que vimos, e que tem estado exposto no salão da Praça do Commercio, tornar-e-há aquelle largo um ponto de reunião aprazível para a população d'esta cidade.” (12)

Apesar da notícia da “Gazeta” não fazer qualquer referência a um coreto, é provável que, desde a sua inauguração, o *Jardim Público do Largo da Coroação* (nome que afinal tornou-se oficial) já possuísse um. Com ou sem coreto, a vocação do Jardim para a música evidenciou-se já em setembro de 1877, quando ocorreu ali um dos inúmeros eventos que então se faziam em prol das vítimas da seca do Ceará: um concerto coletivo promovido pela Sociedade Musical União dos Artistas, contando ainda com a participação das bandas das sociedades Luzo-Brasileira e 15 de Abril (13). De qualquer forma, em maio de 1879 o jornal “Diário de Santos” noticiava que a banda da Sociedade Musical Luzo-Brasileira havia tocado no **coreto** do Largo da Coroação (14).

O Jardim Público representava sem dúvida um espaço normatizado, onde o ajuntamento de pessoas podia ser controlado com minúcia. Bancos determinavam onde se podia sentar; ao passo que as alamedas e gramados direcionavam o público para o entorno de um equipamento especialmente concebido para a execução de concertos musicais, o coreto. Mais importante, o espaço era todo cercado por um gradil, permitindo selecionar quem entrasse e dificultando a fuga de eventuais infratores.

A opção deliberada de controlar o uso dos espaços de lazer ao ar livre por meio da implantação de jardins fechados fica clara em uma ‘indicação’ elaborada pela Câmara Municipal santista em junho de 1875. Tal indicação, aprovada pelos vereadores, solicitava à Assembléia Provincial que adicionasse ao Código de Posturas então vigente em Santos a seguinte norma: “Artigo unico. Nos jardins d'esta cidade serão observadas as seguintes disposições: §1º. Fica prohibido o ingresso nos mesmos jardins de pessoas descalças. §2.ºÉ

igualmente proibido pisar-se na grama, colher flôres, tirar plantas ou danmifical-as por qualquer foram. §3. ° Os contraventores incorrerão na multa de 10\$000 [dez mil réis] ou soffrerão trez dias de prisão, sendo escravos.” (15) Questão sutil, a proibição do ingresso de pessoas descalças implicava, na prática, na interdição à entrada de escravos nos jardins, dado que, por mais bem arranjadas fossem as suas roupas, os cativos tradicionalmente andassem descalços nas cidades brasileiras (16).

A instalação de coretos em parques cercados por gradis tornou-se um dos principais modelos de normatização dos espaços de lazer, no mesmo momento em que a demanda por diversão urbana aumentava na esteira do explosivo crescimento populacional do final do século XIX santista; crescimento que, por sua vez, criava novos desafios de ordenação social, extrapolando a tradicional tensão da sociedade escravista ao introduzir um novo ‘*outro*’ na cidade, o imigrante.

De 1876 a 1913 a população santista aumentou de cerca de 10 mil habitantes para 89 mil, sendo nada menos de 42,5% deles imigrantes (17). Neste período dois parques foram implantados na área central: os Jardins Públicos da praça dos Andradas (o maior da cidade, inaugurado em 1882) e da praça José Bonifácio (reformado entre 1897 e 1900, recebendo um coreto fixo em 1902).

Juntamente com os novos mercados, avenidas, escolas e monumentos evocativos, esses parques serviram para integrar e controlar os habitantes daquela cidade efervescente, palco de greves e manifestações de todo o tipo, que chegou aos 102 mil habitantes em 1920. Seu papel seria finalmente relativizado (mas não de todo excluído) apenas a partir dos anos 30, com a emergência de um novo espaço de lazer, que passou a atrair mais e mais as atenções de santistas e turistas, brasileiros e imigrantes: a praia.

Notas:

- 1 - Trata-se da São Paulo Railway Company, que ligaria Santos a Jundiaí e seria inaugurada em 1867.
- 2 - Conf. "Revista Commercial" de 07/02/1860.
- 3 - Conf. "Revista Commercial" de 10/02/1860.
- 4 Conf. "Revista Commercial" de 23/09/1859.
- 5 - Conf. "Revista Commercial" de 31/08/1860.
- 6 Conf. "Diário de Santos" de 02/02/1883.
- 7- Conf. 'Almanaque da Cidade de Santos de 1871' **apud** Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 73, p.56.
- 8 - Conf. "Revista Commercial" de 01/02/1868.
- 9 - Conf. "Diário de Santos" de 15/04/1886.
- 10 - Conf. Atas da Câmara Municipal de Santos, Livro de 1864-1869, folha 283. Já em 1868 as sociedades musicais tocavam no Itororó, como se apreende nas notícias veiculadas pela "Revista Commercial" de 04/01/1868, de 01/02/1868, de 10/05/1868, de 15/08/1868 etc..
- 11 - Hugo Segawa, em seu *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1996, dá uma ampla visão do processo oitocentista de implantação de parques urbanos no Brasil. Confira também MACEDO, Silvio Soares e SAKATA, Francine Gramacho. *Parques urbanos no Brasil*. São Paulo: EDUSP / IOESP, 2003.
- 12 - A transcrição da notícia da 'Gazeta' sobre a construção da Ilha da Saudade foi encontrada tanto no "A Província de São Paulo" de 12/09/1876 quanto no "Correio Paulistano" do mesmo dia (é o 'Correio Paulistano' que identifica a edição da 'Gazeta' como sendo de 10/09/1876).
- 13 - Conf. jornal "A Província de São Paulo" de 25/09/1877.
- 14 - Conf. "Diário de Santos" de 06/05/1879.
- 15 - Conf. Atas da Câmara Municipal de Santos, Livro de 1875-1880, folha 23.

16 - Luís Felipe de Alencastro desenvolve esta questão em seu artigo “Vida privada e ordem privada no Império”, p. 78, in ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil. Vol. 2 - Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

17 – Conf. Prefeitura Municipal de Santos. *Recenseamento da cidade e do município de Santos em 31 de dezembro de 1913*. Santos, 1914.